

Cerca de 2.500 processos de outorga para uso de água devem sair da fila de procedimentos que atualmente estão em análise na Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram) Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O órgão, que funciona como núcleo regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), receberá apoio de um corpo técnico para reduzir o passivo na análise de outorga, instrumento legal que assegura o direito de uso dos recursos hídricos em Minas. A iniciativa é fruto do projeto Águas Gerais, lançado nesta segunda-feira, 5 de fevereiro, em Uberlândia, com a meta de chegar a 2.500 análises em 12 meses.

Ele detalha ainda como a redução do passivo nas outorgas vai impactar positivamente o desenvolvimento da região. Processos mais ágeis significam que o desenvolvimento chega mais rápido. Então, de forma muito responsável e sem perder qualidade ambiental, vamos agilizar a análise desses processos e garantir que novos negócios se instalem aqui, destaca José Vitor. A medida vai permitir também que aqueles que já estão em atividade possam se regularizar ou até mesmo ampliar suas atividades.

PARCERIA

O somatório de forças que resultou na assinatura do termo de cooperação foi apontado pelos integrantes da parceria como importante e criativa saída para redução do passivo. Germano Vieira citou a situação econômica que o país atravessa, o que tem sido um limitador para novos investimentos. O Brasil vive um grave momento de crise econômica e em Minas Gerais não é diferente. Então, precisamos ter formas criativas e inovadoras para facilitar a vida do cidadão mineiro.

Também presente na cerimônia de assinatura do termo, o deputado estadual Leonídio B8uças (PMDB) destacou a importância do trabalho parceiro e o contínuo processo de modernização pelo qual vem passando o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), o que inclui a Semad, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Acordo de cooperação vai regularizar 2.500 processos de outorga em 2018

